

“Trabalho e educação na saúde: desafios para a garantia do direito à saúde e acesso universal às ações e serviços no SUS”

**Mônica Padilla
Isabela Cardoso M. Pinto
Tânia Celeste M. Nunes**



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**

Sumário do Capítulo

- Introdução
- Breve resgate da trajetória da área de trabalho e educação
- Estado da Arte: o que diz a literatura
- Trabalho e Educação na gestão pública brasileira
- Trabalho e Educação na agenda internacional
- Construção de capacidades, formação e perfis necessários a consolidação do SUS
- Sustentabilidade do SUS e desafios da área de trabalho e educação na saúde
- Utopias, perspectivas e caminhos a percorrer

Introdução

- 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS): Livro comemorativo organizado pela OPAS/Brasil
- Oportunidade de destacar a natureza estratégica da área para o Sistema de Saúde no Brasil na produção técnica e científica, na elaboração e implementação de políticas públicas, na formulação de inovações e projetos de intervenção, na capacidade de processar os desafios postos pelas diferentes conjunturas, nos princípios e consensos em relação à defesa de um Sistema Universal de Saúde, no enfrentamento de problemas complexos e na construção de agendas prospectivas.

Objetivo

- Refletir sobre as políticas, programas e ações da área de Trabalho e Educação, identificando os avanços e os desafios que convergem para a defesa do Direito Universal à Saúde no Brasil e a sustentabilidade do SUS.

BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DA ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

- Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
- Nascimento do campo do Trabalho e Educação na Saúde:
 - Cecília Donnangelo: mercado de trabalho médico, as relações entre saúde e sociedade
 - Sérgio Arouca: crítica sobre a Medicina Preventiva
 - Eleutério Rodriguez Neto sobre a proposta de Integração Docente-Assistencial
 - Mendes Gonçalves: dimensões sócio históricas das práticas de saúde

Constituição 1988 / Lei Orgânica da Saúde

- Implementação do SUS com esforços de reconfiguração das práticas e de ampliação e descentralização dos serviços de saúde
- Necessidade de redefinição dos processos de formação e de qualificação profissional
- Inserção e de distribuição dos trabalhadores no setor

Temas que influenciaram políticas públicas e impulsionaram o desenvolvimento científico

- “ensino médico”, “integração docente assistencial”, “formação em saúde pública”, “educação permanente em saúde”, “formação técnica”, “educação a distância”
- “multi, trans e interprofissionalidade”, “redes”, “formação de gestores”, “força de trabalho”, “mercado de trabalho”, “carreiras”, “terceirizações”, “precarização”, “planos de cargos e salários”, “migrações e distribuição de pessoal de saúde”, “captação e fixação dos profissionais de saúde”

SINTESE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- Evidências sobre fenômenos e processos da área de Trabalho e Educação na Saúde
- As evidências mostram os efeitos produzidos por um Sistema de Saúde que tem como princípios a universalidade do acesso, a integralidade da atenção e a descentralização

SUS → +Postos de Trabalho → Desenvolvimento Econômico e Social

- O setor que contava em 1992 com 1.438.708 empregos, passa em 2005 para 2.566.694 empregos formais (Machado, Oliveira e Moysés, 2011) e chega, em 2010, com 3.648.011 vínculos de empregos (Poz, Pierantoni e Girardi et al, 2012).

Síntese da produção científica

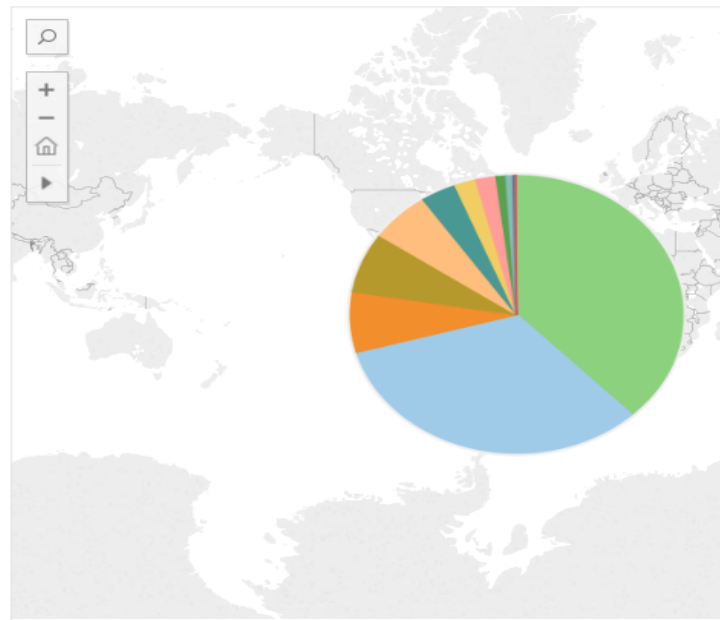
- Expansão do número de cursos e de egressos da graduação na área de saúde em relação ao mercado de trabalho. Último Censo da Educação Superior (2016): 5728 cursos de graduação em saúde no Brasil (MEC/INEP)
- As mudanças no mercado e nas relações de trabalho, as exigências de adequação dos perfis profissionais e a introdução de critérios e normas para a contratação, regulação e avaliação dos trabalhadores são temas que aparecem na literatura nacional (Girardi et al, 2016) e internacional
- Na literatura internacional chama atenção o olhar para os desafios contemporâneos da formação em saúde

<https://www.observatoriorh.org/node/1002>

Recursos Humanos en Salud - Datos generales

Producción técnica y científica publicada en LILACS - 1998 a 2017
BIREME/OPS/OMS y OPS/OMS Brasil (ago/2018)

Origen de las publicaciones



Ejes Temáticos

- General
- Educación
- Empleo
- Gestión & Administración
- Equipos de Salud
- Política de RHS
- Planificación de RHS
- Sistemas de Información
- Gastos
- Regulación

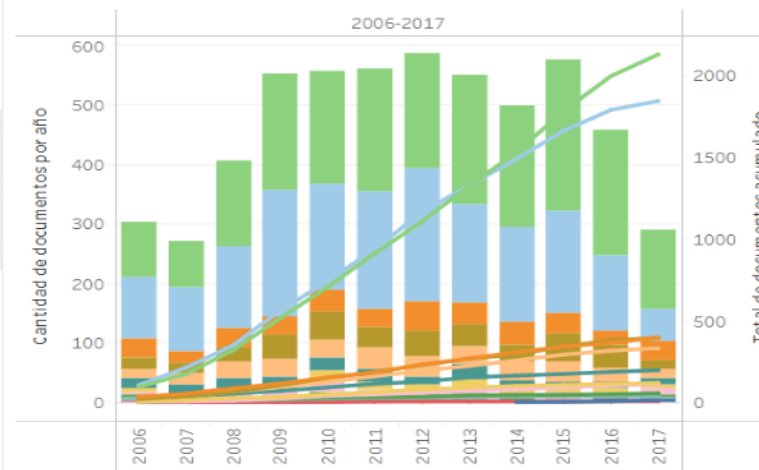
Periodo de la Década de RHS

2006-2017

Total de documentos por país

	Total	%
Brasil	4 887	67,0%
Cuba	610	8,4%
Colombia	492	6,7%
Argentina	382	5,2%
Perú	243	3,3%
Chile	222	3,0%
México	156	2,1%
Venezuela	83	1,1%

Año de publicación



TRABALHO E EDUCAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

- O amadurecimento teórico, conceitual, epistemológico e político da área de Trabalho e Educação na Saúde nos últimos trinta anos reverberou nos avanços das políticas públicas e na agenda governamental, sendo de grande importância ao longo do processo de constituição do SUS
- Criação da SGTES, explicitação da Política

O futuro e sustentabilidade do SUS passa por questões de ordem econômica, científica, tecnológica e principalmente política (Paim et al, 2011).

Descentralização
Ampliação de cobertura
Consenso agenda setorial

Anos 1990
o consenso sobre
essas políticas se
reduz

Reforma do Estado
orientada pelos marcos do
gerencialismo e do ajuste
fiscal

2018

Múltiplos desenhos institucionais
Expansão do Ensino Superior
Desregulação

2003

SGTES

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL

- Esforço de revisão e reposicionamento da área, mediado pela OPAS/OMS
- As Assembleias Mundiais de Saúde têm produzido documentos, entre os quais se destaca “ A Estratégia Global de Recursos Humanos para a Saúde: a força de trabalho 2030” e o “Plano Regional de RH para a saúde universal 2018 - 2023” , com objetivo declarado de “melhorar os resultados de saúde, desenvolvimento social e econômico, garantindo a disponibilidade universal, acessibilidade, aceitação, cobertura e qualidade da força de trabalho na saúde, através de investimentos adequados para fortalecer os sistemas de saúde a implementação de políticas efetivas a nível nacional, regional e global”

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL

- A preocupação central que tem motivado os debates internacionais é de como melhorar o acesso aos serviços de saúde e realizar o direito ao mais alto padrão de saúde possível com foco na força de trabalho, em termos de disponibilidade, acessibilidade, aceitação e qualidade, envolvendo competência, distribuição, motivação, cobertura de serviço eficaz, educação, desempenho e retenção.

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL

- A estratégia global de recursos humanos em saúde aponta opções políticas para os estados membros da OMS e faz algumas recomendações, cabíveis ao caso brasileiro, mas que devem ser aprofundadas para identificar as ações necessárias a serem viabilizadas
- Investimentos em governança do sistema, para a implementação de ações de otimização da força de trabalho; identificar necessidades futuras dos sistemas de saúde; aproveitar a crescente demanda dos mercados de trabalho da saúde para maximizar a criação de empregos e o crescimento econômico; construir capacidades institucionais; fortalecer os sistemas de informação e as bases de dados sobre recursos humanos, visando estratégias nacionais e mesmo globais

CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES, FORMAÇÃO E PERFIS NECESSÁRIOS A CONSOLIDAÇÃO DO SUS

- As questões sobre modelos de gestão e mercado de trabalho em saúde estão, entre outros fatores, relacionadas à formação profissional em saúde e envolvem também dimensões como a qualidade da assistência à saúde, a regulação do trabalho, a educação permanente, entre outras, presentes no cotidiano do SUS
- Modelos inovadores de formação têm sido experimentados e, por vezes, têm enfrentado grandes resistências. Mas o SUS formulado pelos defensores da Reforma Sanitária exige a substituição do modelo tradicional de práticas em saúde por outro modelo, com ênfase na atenção primária e compromisso com o social

SUSTENTABILIDADE DO SUS E DESAFIOS NA ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

- No Brasil, o maior desafio para avançar na área de Trabalho e Educação está no campo político, ou seja, está diretamente ligado à governança, à suficiência financeira da gestão pública, bem como à capacidade de regulação dos processos educativos e de trabalho em saúde.
- A busca para a sustentabilidade no SUS em tal área exigiria forte ação coordenada para a negociação intersetorial e interinstitucional, visando priorizar de fato as necessidades do SUS, mediante liderança integradora das autoridades sanitárias, em articulação com outros atores envolvidos

UTOPIAS, PERSPECTIVAS E CAMINHOS A PERCORRER

- “o profissional acabado desaparece e entra em cena o profissional sempre a caminho”
- a educação como serviço público acessível a todos;
- a necessidade de manutenção da liberdade para as universidades;
- o ensino contextualizado
- importância das tecnologias da informação e comunicação, com aprendizagem aberta e a distância, o que poderá produzir novos arranjos na formulação de políticas educacionais com a absorção de práticas contemporâneas.

UTOPIAS, PERSPECTIVAS E CAMINHOS A PERCORRER

- a) avançar nos níveis de institucionalidade e governança do campo dos recursos humanos em saúde;
- b) defender a manutenção de uma taxa crescente de investimento na alocação e distribuição de pessoal que reduza as lacunas e atenda ao objetivo universal de saúde;
- c) defender a priorização da equidade no acesso aos cuidados de saúde e serviços, com pessoal qualificado;
- d) manter a vigilância e ação permanente pela qualidade e humanização nos cuidados com a saúde,
- e) destacar a importância de aprofundar a regionalização e a capacidade descentralizada de gestão da saúde. .

Para seguir caminhando....

- Aprofundar a relação da educação com a comunicação e informação
- Promover a articulação do MEC e Ministério da Saúde
- Fortalecer o diálogo entre os formuladores de políticas de saúde e de educação na saúde, Universidades, Escolas e Centros Formadores com clientela de diferentes níveis de formação, CONASS, CONASEMS, CIRHT, Conselho Nacional de Saúde, etc...
- Lançar mão de conhecimentos transversais
- Fomentar práticas de informação, conectividade associando à aprendizagem permanente
- Ênfase na circulação da informação, estimulando a produção de sentidos nos programas de ensino e nos processos de aprendizagem
- Valorizar a Agenda 2030, considerando seus elementos estratégicos na conjuntura recente.
- Realizar “escuta organizada” das expectativas dos serviços e da sociedade na elaboração de pautas do trabalho e da educação
- Articular as instituições formuladoras de política com as agências de fomento e com instituições internacionais relacionadas aos temas de trabalho e educação.

Referencias

- Nunes, TCMN. Democracia no Ensino e nas Instituições: A Face Pedagógica do SUS. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2007.
- Rodriguez-Neto E. Alternativas transformadoras na educação Latino-americana. Ver. Bras. Educ. Med. 1987; 11(2): 1-72.
- Paim JS. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador-Rio de Janeiro: EDUFBA/Fiocruz; 2008.
- Belisário SA. Associativismo em Saúde Coletiva; um estudo da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Abrasco. Campinas. Tese [Doutorado em Saúde Coletiva] - Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); 2002.
- Donnangelo MCF. Medicina e sociedade. São Paulo: Pioneira; 1975.
- Donnangelo MCF. Saúde e Sociedade. São Paulo: Duas Cidades; 1976.
- Arouca, AS. O Dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva [1975]. São Paulo-Rio de Janeiro: UNRSP, Fiocruz; 2003.
- Mendes Gonçalves RB. Medicina e história. Raízes sociais do trabalho médico. São Paulo. Dissertação [Mestrado em Medicina Preventiva] Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 1979.
- Ministério da Saúde/ Ministério da Educação, Portaria n° 3.019, de 27 de novembro de 2007, Dispõe sobre o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde - para os cursos de graduação da área da saúde. Diário Oficial da União 25 Nov 2007.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
- Brasil. Lei n° 8080, de 28 de dezembro de 1990. Diário Oficial União 24 set 1990 a.
- Brasil. Lei n° 8142, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial União 31 dez 1990 b.
- Pinto, ICM. Ascensão e queda de uma questão na agenda governamental: o caso das organizações sociais da saúde na Bahia. Salvador. Tese [Doutorado] - Universidade Federal da Bahia; 2004.
- Brasil. Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: estudos e análises. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.
- Rigoli F. Os Observatórios de Recursos Humanos na América Latina. In: Brasil, Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: estudos e análises. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.
- Esperidião, M. Controle Social do SUS: Conselhos e Conferências de Saúde. In: Paim J, Almeida-Filho N. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: MedBook; 2014.

Referencias

- Pinto ICM, Nunes TCM, Belisário AS, Campos FE. De Recursos Humanos a Trabalho e Educação na Saúde: o estado da arte no campo da Saúde Coletiva. In: Paim J, Almeida-Filho N. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: MédBook; 2014 b. 611-623.
- Pinto ICM, Esperidião MA, Silva IV, Soares CM, Fagundes TLO, Viana S, et al. Trabalho e educação em saúde no Brasil: *tendências da produção científica* entre 1990-2010. Rev. Ciencia e Saúde Coletiva 2013; 18(6): 1525-1534.
- Silva VC, Soares CM, Santos L, Souza EA, Pinto CM. Trabalho e educação na saúde: análise da produção científica brasileira entre 2011 e 2014. Saúde em Debate 2017; 41: 296-315.
- Girardi SN. Dilemas da Regulamentação Profissional em Saúde: Questões para um governo democrático e inclusionista. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo 2002; 15: 67-85.
- Machado MH, Oliveira ES, Moysés NMN. Tendências do Mercado de Trabalho em Saúde In: Pierantoni C, Dal Poz MR, França T (Org.). O Trabalho em Saúde: abordagens quantitativas e qualitativas. 1 ed. Rio de Janeiro: CEPESC UERJ; 2011.
- Poz MRD, Pierantoni CR, Girardi S. Formação, regulação profissional e mercado de trabalho em saúde. In: FIOCRUZ. A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, Ipea, Ministério da Saúde, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; 2012.
- Nogueira POR. desenvolvimento federativo do SUS e as novas modalidades institucionais de gerência das unidades assistenciais. In: Cunha A, Aquino L, Medeiros B. (Orgs.). Estado, instituições e democracia: república. Brasília: Ipea; 2010.
- Girardi SN, Carvalho CL, Pierantoni CR, Costa JO, Van Stralen ACS, Lauer TV, et al. Avaliação do escopo de prática de médicos participantes do Programa Mais Médicos e fatores associados. Ciênc. saúde coletiva 2016 Set; 21(9): 2739-2748.
- Santos LMP, Costa AM, Girardi, SN Programa Mais Médicos: uma ação efetiva para reduzir iniquidades em saúde. Ciênc. saúde coletiva 2015 Nov; 20 (11): 3547-3552.
- Girardi SN, Van Stralen ACS, Cella JN, Wan Der Maas J, Carvalho CL, Faria EO. Impacto do Programa Mais Médicos na redução da escassez de médicos em Atenção Primária à Saúde. Ciênc. saúde coletiva 2016 Set; 21(9): 2675-2684.
- Alencar APA, Xavier SPL, Laurentino PAS, Lira PF, Nascimento VB, Carneiro N, et al. Impacto do programa mais médicos na atenção básica de um município do sertão central nordestino. Revista de Educ, Gest e Soc 2016; (10): 1290-1301.
- Ribas AN. Programa Mais Médicos: uma avaliação dos resultados iniciais referentes ao eixo do provimento emergencial a partir da teoria da avaliação de programas. Brasília. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional] - Universidade de Brasília; 2016.

Referencias

- World Health Organization. Relatório Mundial da Saúde 2013: pesquisa para a cobertura universal da saúde. Geneva: WHO; 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/>
- Collar JM, Beccon JAN, Ferla AA. Formulação e impacto do programa mais médicos na atenção e cuidado em saúde: contribuições iniciais e análise comparativa. Rev.Saúde em Redes 2015; 1(2): 43-56.
- Scheffer M, Cassenote A, Dal Poz MR, Matijasevitch A, Oliveira RA, Nunes MPT, et al. Demografia Médica no Brasil. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Conselho Federal de Medicina; 2015.
- Teixeira M. Desenhos Institucionais e Relações de Trabalho no Setor Público de Saúde: as Organizações Sociais e as Fundações Estatais de Direito Privado. Tese [Doutorado] - Programa de Pós Graduação ENSP Fiocruz; 2015.
- Pinto ICM, Teixeira C, Solla J, Reis A. Organizações do SUS e diferentes modalidades de gestão e gerenciamento dos serviços e recursos públicos de saúde. In: Paim J, Almeida-Filho N. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: MedBook; 2014 a. 231-244.
- World Health Organization. Health Work Force 2030: towards a global strategy on human resources for health world Health Organization. Geneva: WHO; 2015.
- Almeida Filho, N. Ensino Superior e os serviços de saúde no Brasil. The Lancet Saúde no Bras 2011 mai; 6-7.
- Brasil. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. Diário Oficial da União 25 abr 2007.
- Teixeira CF, Coelho MTD, Rocha MND. Bacharelado interdisciplinar: uma proposta inovadora na educação superior em saúde no Brasil. Ciência e Saúde coletiva 2013 Jun; 18(6): 1635-1646.
- Paim JS, Pinto ICM. Graduação em saúde coletiva: conquistas e passos para além do sanitarismo. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva 2013; 7(3)
- Demo, P. Aprendizagem Permanente. In: A Educação do Futuro e o Futuro da Educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados; 2005. 36-37.
- UNESCO. Higher Education in The Twenty-first Century Vision And Action. Word Conference on Higher Educacion. Paris, 5-9 de outubro de 1998.
- UNESCO. The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development. Conference on Higher Educacion. Paris. 5-8 de julho de 2009.
- Paim, JS. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciência e Saúde Coletiva 2018; 23(6): 1723-1728.



- Obrigada!

- isabelacmp@gmail.com